

► **SALU** *Artista popular continua vivo na memória dos pernambucanos*

Mestre Salustiano vive

A cultura brasileira perdeu, no final de agosto, um dos maiores nomes do Maracatu, das rodas de cavalo-marinho e da sabedoria popular: Manoel Salustiano de Melo Soares, mais conhecido por Mestre Salustiano ou simplesmente Salu. O artista morreu aos 62 anos, vítima de uma arritmia cardíaca, em decorrência de mal de Chagas.

Salu aprendeu a gostar da rabeça ainda menino. Seu pai, João Salustiano, era um exímio tocador do instrumento. Durante a infância na cidade de Aliança, Zona da Mata Norte de Pernambuco, o menino Salu participou de brincadeiras e folguedos populares. Mas a maior paixão do pequeno artista era pelo cavalo-marinho, que tinha suas raízes no bumba-meu-boi.

O título de Mestre deve-se à dedicação que ele tinha à dança. Por ser considerado o maior intérprete do folguedo na região, recebeu a nomeação. Isso serviu de começo para tantos títulos. Salu recebeu o de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1965, e percorreu com a sua arte a maioria dos estados brasileiros e países como a Bolívia, Cuba, França e Estados Unidos. Ganhou, em 1990, o



LEGADO A arte do rabequeiro tem que continuar

título de "reconhecido saber", concedido pelo Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco e o de "comendador da Ordem do Mérito Cultural", em 2001, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Indicado pela Prefeitura de Olinda, foi escolhido pelo Governo do Estado, através da Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002, como Patrimônio Vivo de Pernambuco.

DISCOS - Aos 54 anos, ele lançou o primeiro CD chamado de So-

nhos da Rabeça. Logo em seguida, mais três CDs foram produzidos: *As três gerações*, *Cavalo-marinho*, *Mestre Salu e a sua Rabeça Encantada*.

Entre os maiores feitos de Salu estão a criação do cavalo-marinho Boi Matuto, a fundação do Maracatu Piaba de Ouro, em 1997, além da constante valorização da cultura local. O Mestre preservava a ciranda, o coco, o pastoril, o maracatu, caboclinho, mamulengo, forró e todos ritmos genuinamente nordestinos.

E para abrigar tantos

serviços prestados à cultura popular, Ariano Suassuna, então secretário de Cultura no terceiro governo Arraes, criou o espaço Ilumiara Zumbi, na Cidade Tabajara, em Olinda. Salu não demorou em reproduzir os hábitos da vida interiorana no local. O espaço é palco, todos os anos, do Encontro de Maracatu, no Carnaval, e de Cavalo Marinho, no Natal.

Como extensão ao Ilumiara Zumbi, Salu construiu a Casa da Rabeça do Brasil, uma casa rodeada de árvores e um grande terreiro. Lá são realizados shows com artistas pernambucanos, que, além de contarem com a boa receptividade de Salu, ainda ganhavam uma participação especial do rabequeiro.

SALU VIVE - De família numerosa - 15 filhos e mais de 20 netos -, a semente plantada pelo Mestre Salu deve continuar. "Mestre Salustiano nos ensinou que a tradição da cultura popular, por estar em constante movimento, não deve se fechar aos novos meios e linguagens. Seu diálogo com as novas gerações permitiu que essa força não ficasse estacionada no tempo", ressaltou o ministro da Cultura, Juca Ferreira, em nota após o falecimento do rabequeiro.

EDITORIAL

Parabéns em dose dupla

A luta da classe trabalhadora está duplamente de parabéns. No final de agosto, duas grandes entidades que estão na vanguarda da defesa dos direitos dos trabalhadores, a CUT e a Condsef, comemoraram mais um ano de resistência. A primeira completou 25 anos no dia 28 de agosto, enquanto a segunda, 18 anos, em 31 do mesmo mês. O Sindsep faz parte da história dessas duas grandes instituições.

Antes mesmo de existir de forma orgânica, a direção do Sindsep, através de seus militantes fundadores, já atuava na linha de frente da CUT. Mesmo o Sindicato sendo cinco anos mais jovem, os trabalhadores do setor público ajudaram a fundar o que mais tarde se transformaria na maior central da América Latina e a 5ª maior do mundo.

No caso da Condsef, sua maioria se mistura com a trajetória do Sindsep. Ela nasceu fruto da ação de sindicatos que já começaram a escrever as primeiras linhas da história política dos servidores federais. Dessa forma, o Sindsep é o embrião e o resultado dessa luta incansável por um serviço público gratuito e de qualidade e pela defesa do funcionalismo público.

E é por isso que a direção do Sindsep se sente orgulhosa de estar filiada à CUT e à Condsef. Tanto uma como a outra almejam melhores condições de vida e de trabalho para que se possa ter uma sociedade justa e igualitária. Juntos, o Sindsep, a Condsef e a CUT, estão, durante todos esses anos, erguendo as bandeiras de lutas na disputa de hegemonia para que haja de fato uma transformação social.

O Sindsep nunca hesitou no apoio à CUT e à Condsef e teve como contrapartida o apoio incondicional dessas entidades em todas suas campanhas. Por isso, parabeniza os que fazem a CUT e a Condsef, e deixa claro que se sente contemplado e muito bem representado pelas duas entidades.

CHARGE: Samuca



► **PROJETO** *A saúde pública está sendo tratada pelos governos como um bem privado*

Fundação Estatal é inconstitucional

No início de setembro a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou o projeto de lei 686/2008, que visa transformar os hospitais públicos do estado em fundações estatais de direito privado. A matéria foi enviada às pressas e de forma unilateral pelo governo Eduardo Campos sem dar margem para a sociedade aprofundar a discussão sobre o assunto. A matéria já foi sancionada pelo governador do estado, e agora é Lei.

Desde então, a CUT-PE apoiada pelo Sindsep, vem promovendo debates acerca do tema. O governo do estado se inspirou no governo federal, que já enviou ao Congresso um projeto de lei com finalidade semelhante. O Sindsep sempre defendeu um serviço público gratuito e de qualidade, sendo radicalmente contra tais projetos. Para o secretário geral do sindicato e presidente da CUT Pernambuco, Sérgio Goiana, a proposta é inconstitucional. "Na Constituição Federal de 1988 a saúde aparece como um direito universal e inalienável, sendo sua garantia um dever do Estado", explicou.

É como se o Estado alugasse toda a estrutura do hospital, que, diga-se de passagem, é um bem público, e ainda pagasse para a fundação administrá-lo. Ou seja, mais despesas para os cofres públicos. Mais grave ainda é saber que nessa mesma estrutura de hospital poderá haver atendimento privado.

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

- As entidades sociais temem que mais uma vez as pessoas carentes sejam prejudicadas porque não têm dinheiro para pagar um plano de saúde. Para Sérgio Goiana, o setor privado pode ter uma concessão, mas jamais concorrer com o Estado.

Além disso, o projeto da fundação estatal em Pernambuco interrompe a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). A luta do Sindsep, da Condsef e da CUT é pelo fortalecimento desse sistema. O projeto de lei aprovado criará novas figuras jurídicas e precarizará ainda mais os serviços oferecidos.

RETROCESSO – A fundação estatal de direito privado de Pernambuco prevê a contratação de funcionários pelo regime celetista. Os profissionais de saúde do estado travam uma luta antiga pela criação de planos de carreiras. Se for assim, essa nova figura jurídica é um retrocesso às negociações. A perda da estabilidade representa também uma retirada de direitos dos profissionais que ingressarão no quadro das instituições.



BRÁSILIA Manifestantes de todo o país protestaram contra a fundação estatal de direito privado

Projeto nacional tramita na Câmara

Após a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovar o projeto de criação das fundações estatais de direito privado para a área de saúde, o Congresso Nacional resolveu "desenterrar" o Projeto de Lei Complementar (PL) 92/07, que trata do assunto. Em setembro a matéria recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e seguiu para o plenário da casa.

Ao contrário do projeto estadual, que visa apenas a terceirização da área da saúde, o federal é ainda mais grave: prevê a atuação das fundações estatais de direito privado na educação, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social e promoção do turismo.

Segundo o diretor da Condsef, Pedro Armengol, o PLP 92/07 significa a consolidação do projeto do *Estado Mínimo* para a população, e do *Estado Máximo* para o capital. "É transferência do dinheiro da poupança pública para alimentar os lucros do setor privado", disse. E completa: "Se é fato que o cidadão merece um serviço público eficiente e de qualidade é verdade também que esse serviço público deve ser equitativo, acessível e direcionado aos interesses da maioria da sociedade".

O diretor da Condsef explica que o servidor público, particularmente, será atingido. No PL 92/07, a relação de trabalho com o Estado é baseada no regime celetista. Ou seja, o trabalhador será mais vulnerável às pressões de dirigentes políticos. "Ainda mais se considerarmos que a sua inserção profissional se dará num contexto de valorização do comportamento gerencial dos dirigentes, cuja busca de eficiência poderá dar-se de maneira enviesada pelo personalismo e pelo uso e abuso dos meios", explica Armengol.

Para ele, eventuais corrupção ou desmando dificilmente serão resistidos, uma vez que o servidor estará vulnerável por poder ser demitido a qualquer momento. Para isso, os gestores podem simplesmente alegar insuficiência de desempenho ou necessidade da administração.

REAÇÃO - Desde o momento em que o PL 92/07 foi levado ao Congresso, o Sindsep, a Condsef e a CUT se manifestaram contra a proposta. A retirada do projeto da pauta da Câmara é uma das reivindicações da categoria e várias manifestações nacionais já foram realizadas com essa finalidade.

No dia 10 de setembro, um ato público foi realizado em Brasília para protestar contra o projeto da Fundação Estatal e a

quebra da paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas. Os servidores se concentraram em frente à Catedral e seguiram em caminhada pela Esplanada dos Ministérios. Uma cópia de um abaixo-assinado recolhido em todo país contra o PL 92/07 foi entregue ao ministro da Educação Fernando Haddad. Ele expôs sua posição contrária ao projeto e afirmou que já comunicou isso a Presidência da República. "Não sou favorável às fundações porque sei que elas não contribuirão para a melhoria do ensino superior brasileiro", disse, na ocasião.

Cópias do abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas também foram entregues ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao secretário geral da Presidência, Luiz Dulci, ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e ao presidente do Senado, Garibaldi Alves.

A diretora do Sindsep-PE e da Condsef, Graça Oliveira, que participou do ato público em Brasília, faz um balanço positivo das atividades. "Apesar do sol quente, muitos servidores ativos e aposentados participaram da manifestação. Tudo foi muito organizado, conseguimos alcançar nosso objetivo", disse a sindicalista.

E reforça: "O abaixo assinado tem que continuar sendo recolhido nos estados para realizarmos mais atos públicos como esse. Temos que convocar também a sociedade para aderir à luta contra as fundações estatais".

As fundações estatais consolidam o projeto neoliberal de Estado Mínimo

Resumo das emendas apresentadas pela Condsef para as MPs 440 e 441

Gratificação de desempenho dos ativos

As gratificações de desempenho ou de produtividade de que trata a MP 441 observarão o limite máximo de 100 pontos e o mínimo de 40 pontos por servidor (a partir de julho de 2008) e 50 pontos (a partir de julho de 2009). Cada ponto corresponde, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido nas tabelas salariais encaminhadas pelo governo.

Gratificação de desempenho

Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho (para aquelas gratificações cujo critério não foi definido), as gratificações de desempenho devem ser pagas no valor correspondente a 80 pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões

PCC

A GDATA deve ser paga observando os seguintes critérios de avaliação: cumprimento das metas institucionais (até 80 pontos) e desempenho individual (até 20 pontos)

Fazenda

Incluir os cargos de analista fazendário (nível superior) e técnico fazendário (nível médio) no Plano Especial de Cargos da Fazenda (PECFAZ). Garantir 50 pontos na gratificação de desempenho dos aposentados. Garantir também a GDAFAZ aos servidores do Ministério da Fazenda cedidos para outros órgãos.

► **ADEQUAÇÃO** Mais de 50 emendas foram encaminhadas à Câmara

Condsef apresenta emendas para corrigir problemas contidos nas MPs de reajuste

Com dois meses de atraso do prazo anunciado pelo governo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou, no Diário Oficial da União de 29 de agosto, as Medidas Provisórias 440 e 441. As MPs concedem reajuste a cerca de 350 mil servidores de 54 setores do Poder Executivo. Depois de uma análise minuciosa do conteúdo das matérias, a Assessoria Jurídica da Condsef identificou nelas vários problemas.

A Condsef elaborou mais de 50 emendas aos textos das matérias (*confira arte*). As correções tiveram apoio dos deputados federais Geraldo Magela (PT-DF), Fátima Bezerra (PT-RN), Ângela Portela (PT-RR), Carlos Abicalil (PT-MT), Luiz Couto (PT-PB), Iran Barbosa (PT-SE), Pedro Wilson (PT-GO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A gratificação de desempenho foi um dos itens mais

problemáticos nos textos das MPs. As matérias não são claras quanto aos pontos mínimos oferecidas aos ativos. A Condsef quer garantir a essa parcela dos servidores, no mínimo, a mesma pontuação dos aposentados e pensionistas, que é de 40 pontos, em 2008, e 50, em 2009. O texto original diz apenas que os ativos poderão receber até 100 pontos.

QUEDRA DE ACORDO

Muita coisa negociada com a Condsef não foi colocada nas MPs pelo governo. E as emendas servirão também para adequar o texto ao que de fato foi negociado. A Confederação quer garantir uma tabela única para

os servidores administrativos da AGU, como o governo havia prometido. Existem muitas disparidades salariais dentro do órgão.

Outras correções também estão relacionadas diretamente à organização do quadro funcional dos órgãos. Os fazendários querem que o governo crie mais dois cargos (analista e técnico fazendário) no plano específico do setor. Os servidores do Ministério da Defesa que fazem parte do PGPE querem ser incluídos no Plano de

Cargos e Carreira da Tecnologia Militar (PCCTM).

Isso porque eles exercem a mesma função dos colegas do PCCTM, mas não têm a mesma remuneração. A Condsef acredita que essa equiparação deve ser respeitada porque existe o princípio da isonomia.

Uma emenda elaborada pela Condsef quer regularizar a

situação dos servidores da Seguridade Social. A entidade solicita que o governo reabra, por 180 dias, o prazo para que essas pessoas possam optar pela Carreira Previdência, Saúde e Trabalho. A Confederação alega que os trabalhadores não realizaram a opção de adesão em tempo hábil, justamente

pela ausência de informações. Além disso, existe o desejo do próprio governo em não manter as carreiras extintas.

350

mil servidores federais estão contemplados nas MPs 440 e 441

PGPE

Servidores ativos devem receber, no mínimo, 50 pontos da GDGPPE

Seguridade Social

Reabrir o prazo para os servidores optarem pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Cedidos

Os servidores cedidos para o exercício de atividades em outros órgãos e entidades serão considerados efetivos no órgão ou entidade de origem, para fins de percepção da respectiva gratificação de desempenho ou de produtividade

C&T

Instituir gratificação por titulação para os servidores dos níveis intermediário e auxiliar do INPI

Ministério da Defesa

Incluir servidores administrativos do PGPE no Plano de Cargos e Carreira de Tecnologia Militar. Conceder, no mínimo, o nível I da GQ, em conformidade com a classe padrão, aos servidores de nível intermediário integrantes do PCCTM. Conceder aos servidores de nível superior, no mínimo, a RT referente a aperfeiçoamento ou especialização, em conformidade com a classe padrão.

INCRA

Servidores ativos devem receber, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos na GDARA e, até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, a gratificação deve ser paga no valor correspondente a 100 pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões

FUNAI

Colocar os efeitos financeiros da GDAIN para julho de 2008 e não janeiro de 2009, como consta na MP 441. Garantir o recebimento da gratificação aos servidores da Fundação que hoje estão cedidos a outros órgãos, mas que fazem jus a tal

AGU

Estruturar no prazo de 90 dias, através de medida provisória ou projeto de lei, uma Carreira para os servidores de nível superior, intermediário e auxiliar da área meio do órgão. Manter a gratificação fixa e paritária para todos do quadro

Mais 15 cargos da Funasa terão direito à Gacen

Após muita luta do Sindsep e da Condsef, na MP 441 veio a confirmação: a Gratificação de Atividades e Controle de Endemias (Gacen) foi estendida a mais 15 cargos (*confira arte*) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A Gacen foi instituída em maio deste ano, a partir da MP 431 que concedeu reajuste a cerca de 800 mil servidores civis e 600 mil militares do Poder Executivo.

A gratificação substituiu a Indenização de Campo e é destinada às pessoas que trabalham direta ou indiretamente no combate e controle de endemias. Só que na MP 431 5 mil desses servidores ficaram de fora. Desde então o Sindicato e a Condsef vinham lutando para reverter essa situação.

Apesar de já ter conseguido esse importante avanço, ainda há muito que lutar. Existem também trabalhadores que deveriam receber a Gacen, como os auxiliares de divulgação e agentes de transporte marítimo e fluvial. Esses cargos só existem na Região Amazônica. A Condsef incluiu essa discussão no pacote de emendas apresentado à MP 441.

A entidade tomou como base um parágrafo da MP que estende a Gacen aos cargos de motorista ou de motorista oficial. Essas funções realizam, em caráter permanente, atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias.

Como na Região Amazônica os rios são considerados estradas, são os agentes de transporte marítimo e fluvial que conduzem as equipes do órgão para o trabalho de combate e controle de endemias. Portanto, também deveriam ter direito à gratificação.

Anistiados

Um dispositivo na Medida Provisória 441 prevê que os servidores apresentem ao governo, um comprovante com o valor que recebiam na época que foram demitidos. A Condsef quer garantir através de emendas que essa responsabilidade será do servidor. E ainda, que o valor que eles recebiam naquela época seja atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, um órgão governamental

Aposentadoria
Tanto a MP 431 quanto a MP 441 instituem formas variadas de incorporação das gratificações de desempenho aos proventos de aposentadoria e às pensões. A Condsef quer uniformizar a percepção das mencionadas vantagens

Funasa

A MP 441 estendeu a Gacen (gratificação que substituiu a Indenização de Campo) para alguns cargos que ficarão de fora na MP 431, atendendo, inclusive, o cargo de motorista. Porém, a Condsef quer estender a Gacen também para os agentes de transporte marítimo e fluvial, que só existe na Região Amazônica, na qual os rios são considerados estradas e são esses servidores que conduzem as equipes do órgão para o trabalho de combate e controle de endemias na região. Além desse cargo, a confederação quer estender a Gacen para os auxiliares de divulgação, cargos existentes também apenas na Região Amazônica, junto às comunidades ribeirinhas, divulgando procedimentos de prevenção de endemias.

GDAHFA

Os servidores ativos ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Hospitais das Forças Armadas, quando lotados e em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão, devem receber, no mínimo, 50 pontos na gratificação de desempenho

GSISTE

Os valores e as pontuações da Gratificação Temporária devem ter efeitos financeiros a partir de julho de 2008. A alteração se justifica na medida em que os dispositivos da MP 441 de que tratam a instituição da GSISTE não fazem alusão aos seus efeitos financeiros para os novos cargos que passam a ter direito a sua percepção. Garantir o recebimento da gratificação pelos servidores da Secretaria de Assuntos Internacionais e da Secretaria do Patrimônio da União

HFA

Enquadrar os empregados públicos dos Hospitais das Forças Armadas, no Plano de Cargos e Carreiras do Hospital das Forças Armadas (PCCHFA). A Condsef alega o princípio da isonomia garantindo tal direito

GDPST

Os servidores ativos da Carreira da Previdência, Saúde e do Trabalho devem receber, no mínimo, 50 pontos na gratificação de desempenho

CEMA

Instituir a Gratificação de Atividades Ambientais para os servidores dessa carreira que estiverem em efetivo exercício em unidades descentralizadas do Ibama e do ICMBio, de difícil acesso, em regiões inóspitas e em condições adversas ou enquanto estiverem em efetivo exercício de atividades externas de fiscalização que importem riscos orgânicos

Meio Ambiente

A Condsef propõe criar um Adicional de Qualificação para os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente, em razão de conhecimentos adicionais, títulos, diplomas e certificados adquiridos em cursos, treinamentos, capacitações, especializações, mestrados e doutorados

Cargos que receberão a Gacen

Agente de saúde
Auxiliar de laboratório
Auxiliar de laboratório (jornada 8 horas)
Laboratorista (jornada 8 horas)
Auxiliar de saneamento
Divulgador sanitário
Educador em saúde
Laboratorista
Microscopista
Orientador em saúde
Técnico de laboratório
Visitador sanitário
Inspetor de saneamento
Motorista*
Motorista oficial*

*Esses cargos só receberão em caráter permanente se tiverem em atividades de apoio e de transporte das equipes e insumos

► **DOENÇA** *Evento discute os desafios do tratamento do Alzheimer*

Sindsep participa de Congresso de Alzheimer

A doença na fase inicial apresenta pequenos esquecimentos, agressividade, distúrbios de conduta e as pessoas terminam por não reconhecer os próprios familiares. Se você apresenta esses sintomas deve procurar algum médico especializado porque se trata da doença de Alzheimer.

Foi pensando em elaborar discussões sobre o tema que a Associação Brasileira de Alzheimer, Abraz/Pernambuco, realizou, em Boa Viagem, de 13 a 16 de agosto, o VI Congresso Brasileiro para tratar da doença. O tema foi *A doença de Alzheimer: Desafios e Perspectivas no século XXI*.

O Sindsep foi representado no evento pela associada Ana Maria Melo, do Núcleo dos Aposentados do Sindicato, e pela representante de base, Marli Costa. Ana Maria destacou a riqueza do Congresso, ressaltando como um dos pontos fortes a mesa composta pela geriatra Maria do Carmo Lencastre e pelo o neurologista, Paulo Bertolucci, que discutiram acerca das atualidades no diagnóstico da demência.

Durante o evento foi elaborado um manifesto público. O documento tem como objetivo melhorar o atendimento aos pacientes, assim como minimizar a situação



DELEGAÇÃO Ana Maria e Marli Costa representaram o Sindicato

vivenciada pelos seus familiares. A carta será encaminhada às autoridades competentes, aos gestores e à sociedade em geral. "A experiência foi de grande valor. No Sindicato, a maioria do quadro de associados é composta por idosos, por isso precisamos saber como lidar com a doença", explicou Ana Maria.

"O Congresso foi um evento de alta significação científica, política e cultural para todos nós. É possível acreditar em uma qualidade de vida mais digna e mais adequada para os pacientes de Alzheimer", completou Marli Costa.

Marli vai representar o

Sindicato e o Núcleo de Aposentados na II Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. O evento acontece em Brasília, de 29 a 30 de outubro. Ela foi eleita juntamente com outras 25 pessoas que participaram da II Conferência Estadual para representar a delegação de Pernambuco na Conferência Nacional.

MEMÓRIA - A doença de Alzheimer atinge o sistema nervoso central prejudicando a memória e o raciocínio. É também multifatorial, característica que leva a morte das células. De causas e tratamentos desconhecidos, os idosos são as vítimas mais

freqüentes. Estima-se que no Brasil existam pelo menos 1,2 milhão de pacientes, com a tendência de se duplicar a cada 20 anos.

Várias teorias dizem que a doença é geneticamente determinada, mas não é necessariamente hereditária. Não existe um teste específico que determine Alzheimer. O diagnóstico só pode ser feito analisando o tecido cerebral, e este só é examinado de fato quando a pessoa morre.

O tratamento é feito com drogas que podem corrigir o desequilíbrio químico do cérebro. As pessoas que têm Alzheimer devem manter uma vida normal e tentar preservar a independência.

► **CONDSEF**

Luta dos servidores agora é internacional

Até o final do ano, a Condsef está com a agenda marcada por encontros internacionais. Em outubro a entidade deve participar de um seminário, no México, sobre seguridade social do servidor público. Este mês os diretores Ismael César e Pedro Armengol participaram, no Paraguai, de um evento para discutir a relação da categoria com o novo presidente do país, Fernando Lugo.

Todo esse envolvimento da Condsef no cenário mundial está sendo possível graças à filiação da entidade à Internacional do Serviço Público (ISP). "A presença da Confederação em atividades internacionais é fundamental porque potencializa nossa luta aqui no Brasil, a partir do momento que convivemos com a realidade de outros países", explicou Ismael César, que é Diretor de Relações Internacionais da Condsef.

Ele explica que a filiação à ISP já era algo vislumbrado há alguns anos e se tornou realidade no último Congresso da Condsef, realizado no final do ano passado em Minas Gerais. Como fruto dessa filiação, a Condsef já realizou, em agosto, o Seminário Latino Americano de Negociação Coletiva no Setor Público.

CREDIBILIDADE - A filiação da Condsef à Internacional tem ajudado no trabalho de convencimento dos parlamentares brasileiros a aprovarem a ratificação da Convenção 151 da OIT. "Através do intercâmbio com outros países podemos conhecer muito mais os benefícios da negociação coletiva", reforçou Ismael César.

Segundo o diretor da Condsef, em breve a Internacional do Serviço Público estará divulgando um levantamento com dados do funcionalismo de vários países, como, por exemplo, o salário recebido pela categoria, o número de empregados públicos em relação à população economicamente ativa, a regra de contratação do setor e planos de carreiras.

► **PARABÉNS** *Central Única dos Trabalhadores completa 25 anos de história*

CUT comemora Bodas de Prata

O espírito de confraternização reinou no Clube Internacional do Recife na noite do dia 5 de setembro. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que aniversariou no dia 28 de agosto, estava comemorando em grande estilo seu 25º aniversário. O Sindsep, que muito se orgulha de ser filiado à Central, estava presente à festa, que contou também com a presença de diretores de outros sindicatos.

Alguns parlamentares também prestigiaram as bodas de prata da maior central sindical da América



BOLO Comemoração foi em grande estilo

Latina. A direção da CUT-PE preparou uma homenagem especial aos ex-presidentes da entidade.

"Não poderíamos deixar de homenagear os companheiros que ajudaram a construir esses 25 anos de história da CUT em Pernambuco", disse o atual presidente estadual da entidade, Sérgio Goiana, que também é secretário geral do Sindsep.

Depois das homenagens foi a vez de cair na dança, ao som da Orquestra Classe A. O festão entrou pela madrugada, depois do corte do bolo que marcou os 25 anos da CUT.

► **ARMAS** Policiais queriam intimidar manifestantes

Polícia Militar tenta impedir desfile do Grito dos Excluídos

Inadmissível. Assim pode ser sintetizada a ação da Polícia Militar de Pernambuco, no dia 7 de setembro, quando tentou impedir o desfile pacífico do 14º Grito dos Excluídos pelas ruas do Recife. Por pouco não se assistiu a uma barbárie. Sim, porque alguns dos policiais, principalmente a partir da intervenção do Batalhão de Choque, estavam fortemente armados, inclusive com espingardas de calibre 12.

Com gritos de guerra tipo "ão, ão, ão, polícia é pra ladrão...", as pessoas que trocaram o domingo de sol e de praia pela oportunidade de dizer não às injustiças sociais e clamar por um Brasil melhor para todos, não aceitaram a ação dos policiais e, mesmo impedidos de deixar a concentração do Grito – na Praça Oswaldo Cruz –, quebraram o bloqueio e ocuparam a Conde da Boa Vista. Só que sem o apoio do trio elétrico, impossibilitados pelos PMS de deixar a concentração.

NOVA INVESTIDA - Ao iniciar o desfile pela avenida Conde da Boa Vista, os manifestantes foram surpreendidos, na esquina com a rua da Soledade, com um novo bloqueio, desta vez do Batalhão de Choque, acionado para não permitir a continuação da passeata. O clima ficou tenso, uma vez que os policiais estavam com armas de grosso calibre e se mostraram dispostos a qualquer coisa para impedir a passagem do pessoal.

Só depois de muita negociação com a intermediação de representantes de entidades como a CUT, MST e CNBB é que o bloqueio foi disperso e, enfim, os excluídos e excluídas puderam gritar...

O Sindsep esteve presente ao 14º Grito dos Excluídos, que esse ano teve como tema *Vida em primeiro lugar – direitos e participação popular*.

As imagens ao lado retratam um pouco o que foi a ação arbitrária da Polícia de Pernambuco.

Cenas do Grito



Ainda na concentração, policiais tentam impedir a saída do desfile do Grito dos Excluídos



Inicia-se um tumulto quando os manifestantes resolvem furar o bloqueio da PM para iniciar o desfile



Ao chegarem na esquina da Soledade, os manifestantes foram recebidos pelo Batalhão de Choque, fortemente armado



Depois da intervenção dos movimentos sociais, que negociaram com os policiais, a passeata, enfim, é liberada

► **PROJETO** Desmonte na Funasa



LEMA Sindsep quer derrotar Projeto de Lei

Governo tenta esvaziar funções da Funasa

Mais um golpe contra os trabalhadores do serviço público. No final de agosto, os servidores federais foram surpreendidos com uma proposta do governo que esvazia por completo a Funasa. Trata-se do Projeto de Lei 3.958, enviado ao Congresso Nacional pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o qual cria seis novas secretarias no âmbito do Ministério. Uma das secretarias, a chamada de Atenção Primária e Promoção à Saúde, vão atuar na saúde do índio e no saneamento básico de municípios com até 50 mil habitantes, principais atividades hoje desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde.

De acordo com o proposto, essa secretaria especial ganhará 118 cargos comissionados, os chamados DASs, e concentrará o montante do orçamento hoje destinado para desenvolver projetos de saúde indígena e saneamento básico dos municípios com até 50 mil habitantes. Ou seja, vai retirar a maior parte dos recursos destinados à Funasa. O PL 3.958 também não deixa claro qual será o destino dos mais de 40 mil servidores da Funasa, incluindo aí os cedidos a estados e municípios.

A Condsef e o Sindsep estão preocupados e convocam os servidores da Fundação a se informarem sobre o tema e participarem da discussão. "Ao contrário da proposta do Governo, a Fun-

dação Nacional de Saúde deve ser reestruturada para que a saúde pública tenha de volta uma Funasa forte que tantos serviços vêm prestando ao nosso país", avaliou o coordenador geral do Sindsep, José Carlos de Oliveira.

"O governo dá com uma mão e tira com a outra. No momento em que os servidores da Funasa estão satisfeitos com o reajuste nas tabelas salariais e com a Gacen, o governo acena contra os trabalhadores, retirando direitos. É uma contradição", complementou o diretor de Políticas Públicas do Sindsep, José Felipe Pereira.

DESCENTRALIZAÇÃO

– Não é a primeira vez que o governo tenta esvaziar as funções da Funasa. Em 2003 foi criada a Secretaria de Vigilância em Saúde, descentralizando o trabalho da Fundação e retirando parte das atividades desempenhadas pela Funasa. Com isso, 36 mil servidores públicos foram prejudicados. Eles estão cedidos aos estados e municípios e fazem parte do quadro da Fundação, mas não têm função ligada ao órgão.

No dia 11 de outubro, a Condsef realiza, em Brasília, o Encontro Nacional dos Servidores da Funasa. O Projeto de Lei 3.958 será um dos pontos principais de discussão. No evento, serão aprovados encaminhamentos para a realização de atividades com o objetivo de se contrapor ao PL.

Fique atento e participe das mobilizações. A Condsef e o Sindsep irão fazer de tudo para que mais este ataque aos trabalhadores da Funasa e à saúde pública não seja concretizado. É preciso os servidores do órgão estar unidos e organizados para derrotar mais esse projeto.

PROBLEMA

Governo dá e depois tira



Entrevista: **Acioli Neto** / Coordenador municipal de Doenças Sexualmente Transmissíveis

"A maioria das pessoas que tem o vírus HIV não sabe o que tem"

GARRA - Como é o trabalho desenvolvido de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS?

ACIOLI NETO - Trabalhamos em uma coordenação ligada à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Recife, que tem como objetivo a atuação política voltada à prevenção e à assistência a doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS. Queremos criar políticas e ações que visem a estabelecer metas. Trabalhamos em torno disso para evitar a transmissão do vírus do HIV e de outras DSTs. Também apoiamos assistência médica e psicossocial, às mais diversas formas de assistência à saúde das pessoas infectadas com o vírus da AIDS ou com outras doenças sexualmente transmissíveis.

GARRA - Quais são as áreas que vocês mais atuam?

ACIOLI - São tantas frentes e a gente não prioriza nenhuma. A gente vem trabalhando na questão da transmissão vertical do HIV e da sífilis congênita nas maternidades municipais. Nós trabalhamos através da implantação de testagens rápidas para o HIV antes do parto nessas maternidades. Trabalhamos com o uso do preservativo, no intuito de popularizar o uso e facilitar o acesso à população. Antes de começarmos a trabalhar, cerca de 150 mil preservativos eram distribuídos por ano. Hoje, temos anualmente em torno de 5 milhões. É um salto gigantesco e que garante acessibilidade das pessoas ao uso do preservativo. Eles estão disponíveis em todas as unidades municipais de saúde. A gente está fornecendo gratuitamente à população um insumo comprado com recurso da própria população através dos impostos. A gente disponibiliza preservativo masculino, feminino, em três tamanhos, geo lubrificante. Os preservativos dos tamanhos diferentes é uma novidade no município do Recife.

GARRA - Quanto aos números, quais são as estatísticas da AIDS?

ACIOLI - Acompanhamos mensalmente os casos registrados, quantos casos e onde estão os distritos. As informações podem ser observadas no site www.recife.pe.gov.br. Depois, entra no link da Secretaria de Saúde, vai em programas, lá tem DST AIDS. Lá você tem todas informa-

Atuando há sete anos como coordenador municipal de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, o sociólogo Acioli Neto utiliza os meios que pode para disseminar a importância de usar preservativos no ato sexual. Atualmente, estima-se que existam no país 600 mil pessoas contaminadas pelo vírus HIV, segundo informações do Ministério da Saúde. Uma das missões do Programa Municipal de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (PN-DST/AIDS) é reduzir a incidência do HIV e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo contaminadas com o vírus. Para isso, foram definidas pelo Ministério da Saúde algumas diretrizes: melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos às pessoas portadoras de AIDS e outras DSTs; redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis; aumento da cobertura do diagnóstico e do tratamento das DST e da infecção pelo HIV; aumento da cobertura das ações de prevenção em mulheres e populações com maior vulnerabilidade; redução do estigma e da discriminação; e melhoria da gestão e da sustentabilidade. Devido aos números alarmantes, esta edição do GARRA traz uma entrevista com Acioli Neto para esclarecer aos nossos leitores a importância de estar bem informado sobre as doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS. Confira.



ções sobre os materiais que a gente produz e sobre os dados epidemiológicos.

GARRA - A informação ajuda na prevenção...

ACIOLI - A gente tem que trabalhar com a informação. Eu tenho que saber quais os riscos que eu tenho de me infectar com o vírus. O mais grave é quando você corre riscos sem saber. O nosso papel é disponibilizar à população insumos como preservativos. É dar acesso às formas de proteção. Cabe

a cada um acatá-las ou não. Não pode depois dizer que o poder público impediu de ter acesso. Acesso a gente dá. O que nós sugerimos é que se informe, procure conversar sobre o tema, seja transparente nas suas relações, no intuito de proteger você e as outras pessoas. A maioria das pessoas que tem o vírus HIV não sabe que o tem. São portadoras assintomáticas, nunca fizeram teste e podem numa relação com outra pessoa, seja com homem ou com mulher, seja relações heterosse-

xuais ou homossexuais, infectar o parceiro até por falta de informação.

GARRA - Como é o teste para detectar AIDS?

ACIOLI - É simples. Você coleta o sangue, nós temos uma unidade de saúde especializada nesse sentido, que é o Centro de Testagens e Aconselhamentos em DST, AIDS (CTA). Funciona na policlínica Gouveia de Barros, no centro da cidade, próximo ao mercado da Boa Vista. Essa unidade tem profissionais como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, laboratoristas. A gente tira um pouco do sangue, e este sangue é levado para o laboratório municipal. O resultado é entregue em torno de 20, 30 dias. Nós estamos trabalhando para que o resultado seja entregue em 8 dias. A gente entrega o resultado, caso dê positivo essa pessoa é encaminhada à Policlínica Lessa de Andrade, na Madalena. Nós temos um serviço chamado SAE, serviço de atenção especializado em DST e AIDS. Lá ela vai ter acompanhamento multiprofissional e acreditamos que possa ter uma boa qualidade de vida durante muitos anos. Para ir para lá, tem que ter o resultado do teste. Qualquer posto de saúde faz, mas o ideal para quem tem mais pressa é procurar o CTA.

GARRA - Qual a sua avaliação durante esses sete anos?

ACIOLI - É muito difícil fazer avaliação porque pode parecer isenta de crítica, mas vai caber a população julgar. Os dados mostram o que a gente vem realizando, quando passamos de 150 mil preservativos fornecidos para 5 milhões ao ano. É um salto impressionante. Nós fomos o primeiro município a disponibilizar o teste HIV antes do parto para gestantes. Participamos ativamente desde o início da parada da diversidade, porque acreditamos que atuar contra o preconceito junto aos homossexuais também é uma forma de prevenir o HIV. Nós fomos o primeiro município do Nordeste a ter uma cartilha em braille, para o portador de deficiência visual se informar sobre DST e AIDS. A própria existência das ações parte de uma avaliação positiva. Sem dúvida temos muito que fazer. A gente está numa média bem acima do que se vê por aí.

GARRA - A essa nova geração o que você tem a dizer?

ACIOLI - Fiquem atentos porque transar é muito bom, mas é preciso ter cuidado...